

Quilombos do Rei Ambrósio: A História de Minas Roubada do Povo

As primeiras notícias que o autor teve desses Quilombos

Nascido já órfão de pai na cidade de Moema-MG, quando tinha um ano e meio de idade o autor e sua família se mudaram para Uberaba-MG, onde viveu até os 12 anos quando, também com a família, se mudou para São Paulo.

Aos 34 anos, auditor interno profissional e advogado formado, resolveu conhecer a sua terra natal, junto com sua mãe. A cidade não tinha história escrita, passou a pesquisar, primeiro na oralidade das pessoas mais velhas e, depois, junto ao Arquivo Judiciário de Pitangui-MG e ao Arquivo Público Mineiro-APM. Foi quando viu, pela primeira vez, notícias dos Quilombos do Campo Grande. O primeiro sesmeiro da região, que destruíra um quilombo na região no ano de 1758, registrou no processo de demarcação de sua sesmaria que havia destruído esses negros do mato, *“muito antes de um tal Bartolomeu Bueno do Prado ter destruído o resto dos negros no Campo Grande”*.

Publicou, sob o patrocínio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Moema, o seu livro *“Moema: As Origens do Povoado do Doce”* em 1987, hoje já em sua terceira edição¹. Passou a visitar sua terra pelo menos uma vez por ano.

Como auditor, já viajara por mais de dez anos e conhecera uma média de 4 a 5 cidades da maioria dos Estados brasileiros, conversando e trocando ideias com muita gente, tanto branca quanto preta. Percebeu, a partir de Moema-MG, que os pretos mineiros, em geral, eram os mais tristes e fechados do Brasil, talvez por sentirem o tipo especial de *“racismo cordial”* ali reinante desde os Setecentos.

Isso o instigou ainda mais sobre a História Mineira. Passou a pesquisar sobre os *“negros do Campo Grande”*. Entrevistou dezenas e dezenas de pessoas mais velhas e cultas de Belo Horizonte e de outras cidades Mineiras, inclusive a vários pretos e pretas mais vividas. A maioria dos supostos brancos não sabia nada sobre o Campo Grande e nem sobre o Rei Ambrósio. Quase todos, no entanto, sabiam, falavam e davam notícia de Chico Rei, a tal lenda da cidade de Ouro Preto-MG.

Estudo à Bibliografia existente

Vendo a penúria do novel pesquisador, o Dr. Hélio Gravatá², então presidente honorário do Arquivo Público Mineiro-APM, depois de muitas e proveitosas conversas, passou a orientá-lo sobre o funcionamento do APM, indicando-lhe, primeiramente, a bibliografia que poderia estudar e consultar, a qual, não necessariamente na mesma ordem das indicações, abordamos a seguir.

Diogo de Vasconcelos, membro fundador do APM e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, foi um advogado, político, historiador, monarquista

¹ Vide <https://tjmar.adv.br/reflexoes/livros-editados>

² Vide obra *“Hélio Gravatá: Resgate Bibliográfico de Minas Gerais”*, 2 volumes – 1998.

impenitente e católico carola, que deixou patente essas marcas em sua vida e na sua historiografia. Entre 1901 e 1904 inventou, através de uma enorme nota de rodapé em seu livro “História Antiga das Minas Gerais”, a tal lenda do Chico Rei, que não percebi que era falsa, pois sempre foi repetida até hoje por historiadores famosos, além de ter sido reinventada pelo turismo econômico-comercial de Ouro Preto através da também famosa Mina do Chico Rei³.

Muitos anos depois, em seu “História Média de Minas Gerais”, publicado no ano de 1917, dentro dos subtítulos “Os Quilombos”, “O Alarme” e “Expedições aos Quilombos”⁴, falou de alguns dos Quilombos do Campo Grande e até do Ambrósio, que chamou de Rei Ambrósio. Falou da Guerra de 1746 e da 1759-1760 e de seus respectivos comandantes, mencionando, porém, outras datas e não estas. O que ficou, da primeira leitura desse livro foi que, citando alguns documentos, Diogo mencionou os quilombos do Ambrósio, do Zundu, do Careca e do Calaboca “*situados aquém e além do Sapucaí*”, sem dizer onde ficava essa região e nem falar da morte do Rei Ambrósio e jogando todos estes e demais quilombos do Campo Grande para dentro do Triângulo, que foi Goiano até 1815/1816.

Só depois de muitos anos de estudo, percebi que Diogo tratou desses temas de forma incompleta, tendenciosa e descuidada, errando datas, superdimensionando fatos de pouca importância, reafirmando fatos mentirosos a exemplo da falsa sublevação de negros inventada pelo conde de Assumar⁵ e negando fatos verdadeiros a exemplo da história dos 3.900 pares de orelhas⁶ apresentados por Bartolomeu Bueno do Prado ao Governador, ao fim da última Guerra ao Campo Grande. Errou muitas datas e nome de pessoas, a exemplo do capitão Antônio João de Oliveira, o comandante da Guerra de 1746, que mudou para Antônio José(sic) de Oliveira, numa guerra de 1748 também jogada para dentro do Triângulo Goiano. Mas, o que ficou mesmo desses seus dois livros, foi a tal lenda do Chico Rei.

O livro “História de Oliveira”⁷, de autoria do professor de português e jornalista Luiz Gonzaga da Fonseca, publicado em 1961, aborda a chamada Picada de Goiás e a Conquista do Campo Grande e, bem resumidamente, suas guerras de conquista aos quilombos nos anos de 1741 e 1743, dando os nomes dos respectivos comandantes de cada uma delas. Aborda a morte do Rei Ambrósio na Guerra de 1746, comandada pelo capitão Antônio João de Oliveira, sem dizer onde ficava esse quilombo. Aborda também a Guerra de 1759, comandada por Bartolomeu Bueno do Prado e os famigerados 3.900 pares de orelhas que este apresentara ao Governador no final dessa Guerra e até mesmo o ataque às Relíquias do Ambrósio, citadas em 1748, sem se aperceber de que estas só seriam visitadas no ano de 1760. Deixa

3 Vide artigo “Chico Rei, nem História e nem Lenda: é só uma Nota de Rodapé” no site MGQUILOMBO.

4 História Média das Minas Gerais, Itatiaia, 1999, pp. 147-156.

5 Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 308-379.

6 Vide artigo “3.900 (Três Mil e Novecentos) Pares de Orelhas” no site do MGQUILOMBO.

7 História de Oliveira, 1961, pp. 35-39.

entender que a picada de Goiás abrangia o Triângulo Goiano. Da mesma forma, somente muitos anos depois foi que constatei os grandes equívocos que este autor cometeu, levado – sem dúvida – pelas falsas fontes documentais de que se valeu.

O formiguense Dr. Leopoldo Corrêa, médico, professor e historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, entre outras entidades culturais, publicou em 1955 o seu livro “Achegas à História do Oeste de Minas”, reeditado em 1993, no qual, abordou inicialmente as Guerras Quilombolas, omitindo a citação do ano de 1746 e o nome do capitão Antônio João de Oliveira, mas citando o nome de outro participante nessa Guerra, Manuel de Souza Portugal, transcrevendo texto de fonte inidônea que atribui a morte do Rei Ambrósio a essa batalha. Em sequência, aborda resumidamente alguns fatos da Guerra de 1759 e o nome de seu comandante, o paulista Bartolomeu Bueno do Prado. Ao final, se deteve muito mais no giro que Bartolomeu e seus familiares que, em 1760, saindo de Carrancas, onde moravam, foram destruir o Quilombo do Cascalho e, depois, fizeram experiências auríferas por toda a região das então chamadas Relíquias do Quilombo do Ambrósio, incluindo inclusive a região da atual cidade de Cristais. Descreve o pedido de Sesmaria feito pelo próprio Bartolomeu Bueno nas regiões do rio Lambari, dentro do território atual da cidade de Formiga; cita ainda testamentos e documentos eclesiásticos do Século XIX, datados de locais dentro do território de Cristais-MG como “Quilombo do Ambrósio”⁸. Em vista disso e por falta de conhecimento de outras fontes, o Dr. Leopoldo entendeu que as duas Guerras (1746 e 1759) teriam ocorrido dentro do território de Formiga e Cristais, onde ficava o Quilombo do Ambrósio, sem nada mencionar sobre os quilombos do Triângulo, então Goiano.

O professor e historiador, Waldemar de Almeida Barbosa, natural de Dores do Indaiá-MG⁹, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e de muitas outras instituições congêneres, autor de vastíssima obra, onde se destaca o seu “Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais”, publicado em 1971¹⁰, é também o autor do famoso e premiado livro “Negros e Quilombos em Minas Gerais”, publicado em 1972, de onde destacamos:

O seu Capítulo “III – O Tratamento dispensado aos escravos”, onde Waldemar procurou demonstrar que os senhores eram muito bons para com os seus escravos, recebendo da maioria deles uma amorosa fidelidade, que tentou demonstrar com algumas narrativas, concluindo que poucos escravos se revoltavam e que, por isso, houve poucos quilombos nas Minas, tirando implicitamente a importância das Guerras governistas contra os quilombos do Campo Grande¹¹.

Em seu Capítulo “II - OS ESCRAVOS NEGROS ERAM SUBMISSOS – AS LENDAS CRIADAS PELOS PRÓPRIOS NEGROS CONFIRMAM A

8 Achegas à História do Oeste de Minas”, pp. 24-29.

9 Vide https://pt.wikipedia.org/wiki/Waldemar_de_Almeida_Barbosa

10 Talvez inspirado nos volumes mineiros (24-27) da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, de 1957.

11 Negros e Quilombos em Minas Gerais, pp. 31-53.

ASSERÇÃO”, Waldemar atribuiu aos negros uma série de ditados ridículos e racistas, na verdade criados por brancos, com vistas a provar a inferioridade do negro ao índio e ao branco, encerrando esse Capítulo com o versinho que atribuiu a Nelson de Sena: “Negro mina quando morre/ vai na tuba de banguê; e os passarinhos vão dizendo/aribu tem que fazê”¹².

Mas, em seus Capítulos “IV - Quilombo do Ambrósio” e “V - Quilombo Grande”¹³, Waldemar abordou o assunto Guerras contra os Quilombos do Campo Grande da forma mais documentada até então, com fontes idôneas, mas, quando lhe interessou, usou também fonte inidôneas, arrotando uma arrogante sapiência, mas contraditória e completamente contaminada pelo viés, hoje racista, de suas preambulações.

Talvez tenha sido por isso que, quando lhe pedi por carta sugestões para minha pesquisa sobre os Quilombos do Campo Grande, Waldemar me respondeu, também por carta, dizendo-me que “*penso que mais útil que o livro ‘Negros e Quilombos’ lhe seria outro livro meu, ‘A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração’, também esgotado*”. Porém, no contexto historiográfico da época, o “Negros e Quilombos” era mesmo o mais completo.

Inicia seu Capítulo IV dizendo que os ataques de 1746 e 1759 teriam ocorrido no mesmo lugar, ou seja aquele situado na região de Ibiá, MG, registrando expressamente que fora esse mesmo “*Quilombo do Ambrósio que Gomes Freire de Andrade resolveu liquidar em 1746*” e em 1759¹⁴.

O segundo parágrafo deste Capítulo IV, pg. 31, é uma cópia quase *ipsis litteris* do folhetim de Carmo Gama, intitulado “Quilombolas Lenda Mineira Inédita”, o que o próprio Waldemar confirma expressamente na página seguinte, pg. 32. Porém, contraditoriamente, na pg. 79 deste mesmo livro, Waldemar afirma que esse folhetim de Carmo Gama seria um dos “*trabalhos destituídos de qualquer valor histórico*” publicados pelo APM e “*na sua maior parte pura lenda*”, enfatizando sua inidoneidade também no fato desse conto citar “*nomes de padres jesuítas que jamais estiveram no Brasil*”¹⁵, etc.

Inicialmente, pensamos que Waldemar apenas se equivocara, ao entender, na pg. 33, que a frase de Gomes Freire dizendo que o Ambrósio de 1746 ficava “*na parte do campo grande entre a comarca de São João del-Rei e a de Goiás*”, provava que este ficava dentro do Triângulo, hoje, Mineiro. Ora, até 1815, o Triângulo sempre pertencera à Comarca e depois Capitania de Goiás. Portanto, se esse quilombo ficasse em Ibiá não ficaria entre Goiás e São João del-Rei, mas, sim, dentro de Goiás.

12 Negros e Quilombos em Minas Gerais, pp. 17-20.

13 Negros e Quilombos em Minas Gerais, pp. 31-53.

14 Negros e Quilombos em Minas Gerais, pp. 31, 35-36 e 65-66, entre outras.

15 Vide artigo “QUILOMBOLAS LENDA MINEIRA INÉDITA, um conto de Carmo Gama” no site do MGQUILOMBO.

Em sequência, Waldemar passa a contestar o seu colega, Dr. Leopoldo Corrêa, em razão de ter o mesmo citado em seu livro o trecho de um testamento, datado de 13 de abril de 1814, “na Fazenda do Quilombo do Ambrósio”, em Cristais, ironizando o fato de ter este entendido, por isso, que realmente o Quilombo do Ambrósio ficasse nessa fazenda próxima de Formiga e, contra-argumentando, o sabichão Waldemar, “ensinou” que a expressão “quilombo do Ambrósio”, pela fama adquirida, passara a denominar uma vasta região.

Assim, para confirmar esse paralogismo, Waldemar fez questão de citar a “fazenda de Constantino Barbosa DA SILVA¹⁶”, que se localizava “no Quilombo do Ambrósio (...) entre o rio Lambari, afluente do rio Grande” e que no auto de medição da referida Sesmaria lia-se “Aos trinta de maio de 1766, nesta paragem chamada Quilombo do Ambrósio”, “erro” que Waldemar cometera também, pg. 53, ao atribuir implicitamente também à Carta de Sesmaria de Bartolomeu Bueno do Prado, na região do mesmo rio Lambari, uma localização (errada) dentro do Triângulo Goiano.

A essa altura, concluímos que os desacertos de Waldemar não decorreram de erros de Lógica Formal e nem de geografia, mas, talvez, por falta de boa-fé. Isto, porque, o verdadeiro nome desse sesmeiro do “Quilombo do Ambrósio” era Constantino Barbosa DA CUNHA e não DA SILVA, ficando evidente que Waldemar se valera desse recurso para que seu colega não pudesse localizar o documento e descobrir que o seu contra-argumento, na verdade, confirmava o que queria negar, pois essa Sesmaria ficava sim, dentro de Cristais e, Constantino, companheiro de Bartolomeu Bueno do Prado na expedição de 1760, fora o primeiro sesmeiro do território da atual cidade de Cristais, cuja sesmaria, aliás, fora demarcada pelo famoso Padre Doutor de Formiga que, além de pároco, era também Juiz de Sesmarias¹⁷. Aliás, Bartolomeu Bueno tivera a segunda Carta de Sesmaria em Cristais, pois a primeira fora a de Antônio João de Oliveira, o comandante de 1746¹⁸.

Depois, enfileira inúmeras indicações de Inácio Correia Pamplona e de alguns historiadores, pgs. 34-36, indicando rumos e/ou a localização do Ambrósio de Ibiá onde, a seu ver, sempre se localizou esse quilombo nas Guerras de 1746 e 1759.

Em sequência, pgs. 36-39, inicia a narrativa documentada da Guerra de 1746, indo da decisão do Governador à provisão dos materiais e alimentação, rateio de despesas entre as Câmaras das Vilas até o ataque e a destruição do primeiro Quilombo do Ambrósio, onde antepõe a notícia da dispersão dos quilombos “de menos consideração” ao ataque feito ao Palanque para, assim, encaixar a notícia inidônea contida na posterior Carta de Tamanduá a Rainha, de que o próprio Quilombo teria sido destruído e o Rei Ambrósio, morto.

16 Maiúsculas, nossas.

17 Vide artigo “A TOPONÍMIA DO PRIMEIRO QUILOMBO DO AMBRÓSIO, CRISTAIS-MG”, no MGQUILOMBO.

18 Artigo “Sesmarias - 1746-1750”, da Revista Eletrônica do APM, Versão Digital, p. 70-71.

Depois, no Capítulo V, pgs. 41-42, passou a tratar do Quilombo Grande que, segundo ele, foi o nome pelo qual passou a ser chamado o Segundo Quilombo do Ambrósio, também em Ibiá, mas agora, sem a presença do falecido Rei Ambrósio.

Criticando inicialmente o seu colega Xavier da Veiga que, por falta de informações, entendeu, pgs. 42-43, que em razão de denúncia alarmista das câmaras no ano de 1756, onde se repetiram quase *ipsis litteris* a mesma informação de 1719 de que os negros pretendiam atacar e destruir todos os brancos na quinta-feira de Endoenças, Waldemar puxou também a notícia do historiador e linhagista paulista, Pedro Taques, sobre os famigerados 3.900 pares de orelhas que, ao final da Guerra de 1759, Bartolomeu Bueno do Prado teria apresentado ao Governador. Critica também os historiadores Azevedo Marques, Taunay, Francisco Antônio Lopes, Nelson de Sena e outros, por terem acreditado nessa notícia dos 3.900 pares de Orelha dada por Pedro Taques, pgs. 42-43. Todos foram incautos por acreditarem nessa notícia, segundo Waldemar, falsa, inventada por Pedro Taques. Errou duas vezes, o professor Waldemar: a notícia dada pelo conde de Assumar em 1719, sobre a tal “sublevação geral dos negros”, que achou verdadeira, é falsa¹⁹; a notícia dos 3.900 pares de orelhas dadas por Pedro Taques, que achou falsa, é verdadeira²⁰.

Depois de falar dos preparativos para a Guerra de 1759, pgs. 43-45, descreve a documentação sobre os ataques, iniciando-se pelo Quilombo Grande, o Ambrósio II, encontrado despovoado em 1º de setembro, fala do ataque de 7 de setembro a um outro Quilombo, sem mencionar que se trata do Quilombo da Pernaíba; depois fala dos ataques a três outros quilombos, que seriam o Andaial, um outro quilombo na Serra da Marcela e, finalmente o ataque ao Quilombo do Bambuí, pgs. 45-50. Não se apercebeu que esse “outro quilombo”, na verdade é o próprio Quilombo do Bambuí e que, portanto, nunca existiu o tal Quilombo da Serra da Marcela.

Apesar de mencionar o “Mapa de Todo o Campo Grande”, pgs. 50-51, primeiro menciona um suposto Quilombo do Sapucaí que, na verdade, se refere ao conjunto de mais de nove quilombos na margem esquerda do rio Sapucaí, referindo-se, no entanto, de forma vaga e numa ordem invertida, a apenas três deles, quais sejam, o Quilombo do Careca, Quilombo do Caetés e Morro da Angola, sendo os nomes corretos dos dois últimos Caetê e Nova Angola e o número de casas do primeiro, 220 e não 110 casas. Também as supostas localizações que insinuou estão incorretas. Os Quilombos atacados que, segundo o mapa, deixou de mencionar foram os seguintes: Goiabeiras, Chapéu, Boa Vista II, Pinhão, Zodum e Calaboca.

Termina este Capítulo V falando da destinação dos prisioneiros, sem mencionar que aqueles enviados como galés ao Rio de Janeiro, foram utilizados por Gomes Freire para ajudar a remodelar e construir a Fortaleza de Villegagnon²¹.

19 Vide Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 308-379.

20 Vide artigo “3.900 (Três Mil e Novecentos) Pares de Orelhas” no site MGQUILOMBO.

21 https://pt.wikipedia.org/wiki/Fortaleza_de_S%C3%A3o_Francisco_Xavier_da_Ilha_de_Villegagnon

Apesar dos equívocos supostamente interpretativos e de um viés que, nos dias de hoje, pode ser considerado racista, este livro do Professor Waldemar de Almeida Barbosa se tornou o mais conhecido, respeitado e citado na historiografia sobre negros e quilombos das Minas Gerais.

Tanto que o próprio Arquivo Público Mineiro publicou em 1988 em seu “Cadernos de Arquivo 1 – Escravidão em Minas Gerais”, vários artigos sob a autoria de Alda Maria Palhares Campolina, Cláudia Alves Melo e Mariza Guerra de Andrade, onde se destaca o seu Capítulo 2, “Repressão e Resistência” onde, pgs. 45-45, as autoras registraram que “*dentre as dezenas de quilombos existentes em Minas, nos séculos XVIII e XIX, os mais famosos foram o do Ambrósio e do Campo Grande, no Sertão da Farinha Podre (próximos aos municípios de São Gotardo e Ibiá) entre a capitania de Minas e a de Goiás*”. Ora, até 1815, o Triângulo todo pertenceu à Comarca e depois Capitania de Goiás de maneira que esse quilombo, se ficava próximo de São Gotardo e Ibiá, ficava dentro da Capitania de Goiás, e não entre esta e a de Minas Gerais.

Pior, na sequência, as autoras mencionam que “*em 1746, o governador (...) enviou uma expedição para destruí-lo (...)*”. E que “*conforme avança o pequeno exército, iam-se dispersando os quilombos pequenos que existiam no caminho. Por fim, se atingiu o quilombo do Ambrósio: foram sete horas de luta renhida, os homens da tropa lançando mão de granadas e armas de fogo. Tudo foi destruído e incendiado, a mortalidade foi enorme, mas muitos quilombolas conseguiram fugir*”. O correto, aqui, seria citar o livro “Negros e Quilombos” de Waldemar de Almeida Barbosa, pg. 39. Porém, ao invés disso, as autoras do “Cadernos de Arquivo 1”, citaram em rodapé foi “*VERGUEIRO, Laura, ‘Opulência e Miséria das Minas Gerais, p. 72*”. Erraram até o nome da autora desse micro livro de 85 páginas, edições de 1981 e 1997, que é Laura de Mello e Souza. Realmente, nas suas pgs. 71-72 esse micro livro repete todas as falas do professor Waldemar, inclusive aquela parte extraída do maldito conto do Carmo Gama²². Apesar de Laura não citar a fonte nesse seu micro livro, ela repete as mesmas e muitas outras coisas erradas em seu “Norma e Conflito”, de 2006, porém, citando várias vezes o “Negros e Quilombos” de Waldemar de Almeida Barbosa²³.

Não deixando dúvida de que repetia a tese dos historiadores mineiros viralizada pelo professor Waldemar de Almeida Barbosa, as autoras do ‘Caderno do Arquivo 1’ registraram em sua pg. 46 que o “*quilombo do Campo Grande surgiu das ruínas do quilombo do Ambrósio, fortalecido após a destruição deste último*”, etc. etc. Ou seja, que os dois quilombos sempre se localizaram na região de Ibiá.

Centenas de outros autores mineiros e de outros Estados, antes e depois disso, citaram e multiplicaram textos e referências da obra do professor Waldemar e/ou as

22 Negros e Quilombos em Minas Gerias, pp. 39 e 32, respectivamente.

23 Norma e Conflito, pp. 112-133 e 133-134.

suas fontes inidôneas publicadas em 1897 e 1904 pelo próprio Arquivo Público Mineiro sem ressalvas e como se História fossem.

Estudo das Fontes Primárias

Após ler e aferir dezenas de vezes essa bibliografia, passamos ao estudo das fontes primárias dos documentos da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro - APM e de sua Revista, em Belo Horizonte, com incursões aos arquivos do Museu do Ouro em Sabará e arquivos de outras cidades históricas mineiras. Àquela época esse estudo só era possível com o contato direto - usando luvas e máscara - com os documentos físicos dos arquivos históricos, o que nos obrigou a fazer muitas dezenas de viagens a essas cidades, aproveitando feriados, fins de semana e férias anuais. Primeiro, procuramos localizar e aferir as fontes documentais citadas pelo professor Waldemar de Almeida Barbosa e, depois, passamos a ler praticamente todos os livros e documentos Setecentistas do período de 1730 a 1770, trasladando-os datilograficamente para a ortografia atual e montando um banco de dados orientado por fichas catalográficas em ordem de assuntos e, dentro destes, por ordem de data.

Sendo profissional experiente da chamada Auditoria da Responsabilidade dedicada à investigação dos prejuízos empresariais em sentido amplo²⁴ e graduado em Direito Penal e Criminologia, habituado ao raciocínio Lógico-Formal com a utilização de todas as perícias forenses, indo do levantamento de locais de fatos à auditoria contábil à documtoscopia e gratotecnia, passamos a confrontar o estudo a essas fontes primárias com algumas das fontes secundárias²⁵, manuscritas ou impressas citadas por grandes historiadores e, principalmente, pelo professor Waldemar de Almeida Barbosa, como já acusamos.

Fontes Secundárias Inidôneas e/ou Falsas

Um estudo ao manuscrito “Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha – 1793”, publicado pela Revista do APM no ano de 1897²⁶, nos conduziu ao artigo “Encontrando Quilombos”, publicado pela Biblioteca Nacional, sobre a suposta viagem que Inácio Correia Pamplona teria empreendido no ano de 1769 ao Triângulo Goiano²⁷, nos levou também ao Processo de Justificação impetrado por Inácio Correia Pamplona entre 1803 e 1804, documento de 270 folhas manuscritas²⁸, espécie de Produção Antecipada de Provas para justificar o pedido de várias benesses e prêmios, este, impetrado em Portugal, pelos serviços que disse ter prestado ao Rei durante quarenta anos de sua vida, nos levou às seguintes conclusões bem documentadas e articuladas:

24 Vide “Auditoria da Responsabilidade, uma Auditoria Ativa”, in <https://tjmar.adv.br/reflexoes/11-a-auditoria-interna-no-brasil-2>

25 Vide artigo “Histórias, Causos e Lendas –X- Lixo Ficcional na Historiografia” no site MGQUILOMBO.

26 Vide site do APM: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/viewcat.php?cid=81>

27 Vide site da Biblioteca Nacional: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1988_00108.pdf

28 Documento do Ultramar AHU-ACL-N-MG n° 66609.

O cruzamento das informações contidas neste Processo Judicial com centenas de outras fontes documentais, inclusive produzidas pelo próprio Inácio Correia Pamplona, um dos traidores da Inconfidência Mineira, provou sobejamente que ele, durante toda a sua vida foi, talvez, o maior mentiroso político que já existiu nas Minas Gerais desde os tempos coloniais até hoje²⁹.

Restou provado, também, que o relatório da sua propalada expedição ao Triângulo Goiano no ano de 1769³⁰, apesar da boa cartografia feita por excelentes tapejadas por ele contratados³¹, foi por ele redigido de forma fictícia e mirabolante, preenchendo, na verdade, os quesitos que o conde de Valadares exigiu, na época, de vários pessoas que se propuseram a tais empreitadas da espécie, principalmente a leste e sudeste das Minas Gerais de então, conforme artigo de 67 páginas que, sob o título “Desvendando as mentiras de Inácio Correia Pamplona”, publicamos no site do MGQUILOMBO³².

Sobre a propalada “Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha – 1793”, constatamos que os vereadores da Câmara da Vila de Tamanduá, hoje Itapeverica-MG, ainda completamente dominada pelo político Inácio Correia Pamplona, redigiram essa carta sob o comando dele, com vista convencer o então Príncipe Regente ainda em Portugal, dom João, de que o Triângulo não era Goiano e que sempre fora mineiro. Pior: o cruzamento dessas informações com os fatos verdadeiros narrados por documentos fidedignos revelou tratar-se, essa carta, de um documento 100% ideologicamente falso, isto, alterando, fundindo, inventando datas e fatos históricos, principalmente de maneira a jogar para dentro do Triângulo Goiano todos os fatos relativos as Guerras Quilombolas de 1743 a 1760, sendo, pois, uma das principais razões das adulterações e supressões criminosas que, até os dias de hoje, se pratica contra a História do Negro Mineiro, principalmente contra a História da Confederação Quilombola do Campo Grande do Rei Ambrósio.

Outra criminosa contrafação, não de per si, mas pela má-fé com que foi publicado como se História fosse, na Revista do APM em 1904, a mando do então presidente (sic) do Estado de Minas Gerais, o conto, o folhetim do poeta e contista Joaquim Carmo Gama, “Quilombolas: Lenda Mineira Inédita”. Tudo nesse conto mostra que ele sempre foi um mero conto, tanto que o seu autor, em 1915, viria a republicá-lo como um dos vários contos de seu livro “Contos Mineiros... Rio Novo”. Mero folhetim que, na verdade, foi escrito para glorificar os Jesuítas e sua ordem, sendo, seu Ambrósio fictício, um mero instrumento dessa glorificação, assim referido, ao final, de forma racista pelo Carmo Gama: *“Rompió com os jesuítas, aflorou a incompetência que o enquadrava ao tipo daqueles homens ‘incapazes de conceber um plano, de elaborar por si, qualquer ideia, qualquer coisa por simples*

29 livro “Quilombo do Campo Grande: Ladrões da História”, no site do MGQUILOMBO.

30 Vide artigo “Inácio Correia Pamplona – Expedição de 1769” no site MGQUILOMBO.

31 Vide artigo “Ilustrações da viagem de Pamplona (1769)” no site MGQUILOMBO.

32 Vide <https://www.mgquilombo.com.br/download/desvendando-as-mentiras-de-inacio-correia-pamplona.pdf>

que seja. Desconfiados de si próprios, nem tentam a concepção nem resistem ao menor obstáculo que na elaboração intelectual se lhes antolhe: pode-se dizer que sua imaginação é imperfeita e árida, verdadeira tábula rasa, como diziam os antigos filósofos. Ambrósio era um desses”, pois, infelizmente não era branco, concluiu o contista.

É que esse falso Ambrósio, atacado pelas tropas do Governo, mesmo tendo a seu comando uma tropa quilombola muito maior, bem armada e disposta à luta, este a proibiu de lutar e, quase defecando em suas calças, passou a comandar a execução por degolas - com facas e espadas - de todos os habitantes de seu guarnecido Quilombo, começando pelas mulheres, velhos e crianças.

Por que Carmo Gama quis que seu personagem fosse o Rei Ambrósio? Evidente porque, sendo este personagem histórico ainda lembrado pelas pessoas pobres e pretas de então, conhecido até mesmo entre a elite intelectual desde os anos setecentos, isso renderia mais leitores para o seu folhetim. Esse conto, a partir de uma falsa alegação de veracidade, inventou um Ambrósio que era africano, quando o verdadeiro era brasileiro; que era ex-escravo, quando o verdadeiro era um preto livre, talvez nascido de ventre forro, entre outras contrafações, a meu ver, desrespeitosas para com um ícone da História do Negro em Minas Gerais. Inventalhe uma rainha de nome Cândida e o desenha como uma figura temida e vaidosa, vestido como um nobre português, armado de espada e um par de pistolas de dois canos e cabos de ouro, quando o verdadeiro Ambrósio só foi chamado de Rei pelo governador Gomes Freire e seu irmão, pois, na verdade, sempre fora o “Pai Ambrósio”, referido em 1788 pelo despeitado autor das Cartas Chilenas³³.

E por que esse mero conto foi publicado na Revista do APM como uma lenda verdadeira, como se História fosse, sem nenhuma observação, como era obrigação da Revista do APM, de acordo com os seus próprios regulamentos e estatutos?

A razão ficou-nos evidente: O presidente do Estado de Minas Gerais, Francisco Antônio Salles, querendo abocanhar mais um pedaço do Estado de Goiás para agregar ao Triângulo que se tornara mineiro desde 1815, inventou mais um monte de mentiras para o então presidente do Estado de Goiás, Dr. Xavier de Almeida, através de uma carta datada de 18 de abril de 1904, que mandou publicar às páginas 705-896 desta Revista do APM³⁴. Em sequência, para manter o clima das suas falsas verdades, foi publicada, também a seu mando, como se História fosse, a falsa lenda quilombola do contista Joaquim do Carmo Gama³⁵.

Daí para frente, essa criminosa contrafação viralizou e, conforme já demonstramos, passou a ser utilizada como se fosse uma fonte documental primária e fidedigna pelos historiadores mineiros e pelos seus copiadore, uns por alguma conveniência racista, outros por ignorância e incompetência. Vide nosso artigo

33 Vide APM: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/viewcat.php?cid=86>

34 Vide APM: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=419&op=1>

35 Vide APM: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=420&op=1>

“QUILOMBOLAS LENDA MINEIRA INÉDITA, um conto de Carmo Gama”³⁶. Vide também os estudos críticos que elaboramos e publicamos no MGQUILOMBO³⁷.

A falsa lenda publicada pelo APM, bem ou mal, falara do Rei Ambrósio, personagem que os racistas reinóis, desde Gomes Freire de Andrade, fizeram tudo para apagar da História mineira. Estando seu livro “História Antiga” já pronto, Diogo de Vasconcelos o reabriu para lhe acrescentar entre as pgs. 323 e 324, um trechinho de cinco linhas onde falou de um tal “Xico Rei”, indicando uma nota de rodapé de mais de meia página, onde descreveu as epígrafes de uma suposta História desse tal Chico Rei. Vide cópia da primeira edição desse livro, publicada também em 1904, mesmo ano da falsa Lenda do Carmo Gama³⁸. Evidente que seu objetivo foi apagar o Rei Ambrósio e substituí-lo no imaginário popular pelo seu Chico Rei, um “preto de alma branca” que apesar de solidário aos irmãos de raça, sempre obedeceu às sábias regras e leis criadas pelos superiores brancos.

Aproveitando-se dessa mesma onda, o médico, romancista e político Agripa de Vasconcelos³⁹, dando corpo às epígrafes inventadas por Diogo, publicou em 1966 o seu livro “Chico Rei⁴⁰” que, da mesma forma, “se tornou” História, para os racistas e oportunistas de Minas Gerais, em especial, para o turismo comercial da cidade de Ouro Preto, onde a famosa dona Mariazinha e seu marido, descobrindo uma enorme caverna no fundo de seu quintal, resolveram que ficava ali a tal “Mina do Chico Rei” e passaram a explorá-la comercialmente, cobrando ingresso e vendendo “lembrancinhas” para os turistas⁴¹, contrafação cultural que gerou um filhote, a chamada “Mina Jeje⁴²”, tudo isto sob o comando de políticos contrários a uma verdadeira História do Negro em Minas Gerais, a exemplo do Dr. Ângelo Oswaldo, Prefeito de Ouro Preto que já foi Chefe de Gabinete do Minc, presidente do IPHAN, do Ibram e Ministro do Turismo⁴³.

Constatamos que, assim, a Tradição e a História do Rei Ambrósio foram substituídas pela falsa história do Chico Rei, inventada por Diogo de Vasconcelos, ou, no pouco que continuaram a existir, se tornaram distorcidas e falsificadas pela Carta da Câmara de Tamanduá, um documento 100% falso e pelo conto de Joaquim do Carmo Gama que, pela má-fé revelada pela sequência de sua publicação na Revista do APM, “virou” história, entre outras contrafações racistas das Minas Gerais até os dias de hoje.

36 Vide artigo “QUILOMBOLAS LENDA MINEIRA INÉDITA, um conto de Carmo Gama”, no MGQUILOMBO

37 In https://www.mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/Lenda_Mineira_Inedita_carmogama.pdf

38 Biblioteca Brasileira José Mindlin: file:///C:/Users/tjmar/Downloads/45000011821_Output.o%20(2).pdf

39 Vide <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/agripa-vasconcelos/>

40 Vide <https://lista.mercadolivre.com.br/livro-chico-rei-agripa-vasconcelos>

41 Vide <https://www.instagram.com/minadochicorei/>

42 Vide <https://ouropreto.mg.gov.br/turismo/atrativo-item/567>

43 Vide https://pt.wikipedia.org/wiki/Angelo_Oswaldo

Virada de Mesa e Radicalização da Pesquisa

A partir de 1989, este autor, apesar de bem-sucedido e prestigiado em sua carreira de auditor e gerente de auditoria interna, inspirado na vida e obra do ex-escravo baiano Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), poeta, jornalista autodidata e advogado provisionado dos escravos em São Paulo, decidiu se desligar de seu emprego, o que fez em fevereiro de 1990 para se dedicar à pesquisa histórica e à advocacia trabalhista autônoma.

Implementou pesquisas físicas nos arquivos Judiciário e da Câmara da cidade de São João del-Rei, obtendo mais informações documentadas da Guerra Quilombola de 1746 e até de 1759-1760.

Orientado pelo Dr. Hélio Gravatá do APM, compareceu ao Instituto de Estudos Brasileiros-IEB da USP, onde pôde ter acesso e fotografar o “*Mapa de Todo o Campo Grande, Tanto da Parte da Conquista, que Parte com a Campanha do Rio Verde, e São Paulo, como de Pihui, Cabeceiras do Rio de São Francisco e Goiases*”. Vide artigo “MAPA DA CONFEDERAÇÃO QUILOMBOLA DO CAMPO GRANDE”, no MGQUILOMBO. A primeira constatação foi a de que Waldemar, assim como Diogo de Vasconcelos, não se aperceberam de que o mapa fora legendado com o seu Norte invertido, ou seja, de “cabeça para baixo” e, por isso, descreveram apenas três de seus quilombos, também na ordem invertida, a exemplo de Waldemar: Careca, Caetê e da Angola.

Constatamos que esse mapa fora feito por Antônio Francisco França, cartógrafo que auxiliara a Bartolomeu Bueno na Guerra de 1759 e o acompanhara na expedição de 1760, para destruição do Quilombo do Cascalho e pesquisas minerais em todo o território das chamadas Relíquias do Quilombo do Ambrósio, quando terminou de desdenhar esse mapa entregue por Bartolomeu ao Governador Gomes Freire e, depois, em 1763, o próprio França entregou uma cópia ao governador Luís Diogo.

Como diz o seu próprio título, o mapa traz a localização dos quilombos nas guerras de 1743, 1746, 1759 e daqueles visitados na expedição de 1760, ricamente documentado pelas atas da Guardamoria de Carrancas, pelo escrivão do guarda-mor Diogo Bueno da Fonseca, primo de Bartolomeu. Restou evidente também, confirmando as informações de alguns documentos, que os quilombos do Campo Grande e Sapucaí formavam uma confederação⁴⁴, cujo líder principal era o Pai Ambrósio, cujo quilombo sempre foi, portanto, a capital do Campo Grande.

Confirmando inúmeros outros documentos, o mapa mostra dois quilombos com o nome de Ambrósio⁴⁵: o primeiro, com o nome de “Primeira Povoação do Ambrósio”, com indicações claras de que ficava mesmo na região da atual cidade de Cristais⁴⁶ e, o segundo, com o nome de “Quilombo do Ambrósio” localizado na

44 Vide artigo “QUILOMBO DO CAMPO GRANDE Confederação Quilombola”, no MGQUILOMBO.

45 Vide artigo “DOIS Quilombos do Ambrósio. Um em Cristais-MG outro em Ibiá-MG”, no MGQUILOMBO.

46 Vide artigo “PRIMEIRA POVOAÇÃO DO AMBRÓSIO – Sítio Histórico”, no MGQUILOMBO.

região da atual cidade de Ibiá-MG, fato confirmado por outros documentos⁴⁷ que mostram uma região muito maior do que aquela assinalada por Inácio Correia Pamplona em 1769, visitada e fotografada por este autor em 1992⁴⁸.

O autor pôde confirmar também, através dos originais do Códice Costa Matoso⁴⁹ algumas notícias do Sistema Tributário da Capitação, implantado por Gomes Freire de Andrade em 1735, transformando os Quintos (20%) do ouro que fosse levado para fora das Minas em um imposto pessoal e semestral sobre o trabalho, cobrado dos senhores por cada um de seus escravos e também dos pretos forros-livres e brancos pobres que trabalhassem com as próprias mãos, sob penas de confisco e prisão aos senhores sonegadores e, de prisão e expulsão da Capitania aos brancos pobres e, no caso dos pretos livres, até mesmo a venda como escravizado em outras capitanias⁵⁰. Essa foi uma das concausas do esvaziamento das vilas oficiais e aumento do número de povoados clandestinos em todo o Sertão do Campo Grande, considerados como quilombos e perseguidos pelo governador Gomes Freire.

Assim, foi com essas informações que o autor escreveu o seu livro “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas Roubada do povo” de 318 páginas, que publicou às suas próprias custas, pela Editora Gazeta Maçônica⁵¹, no ano de 1995.

Neste livro, o autor mostrou alguns dos equívocos e “erros” de outros autores, bem como a inidoneidade das fontes que utilizaram, mostrando a verdade documental sobre a História dos Quilombos do Campo Grande; cometeu outros erros e subdimensionou a importância dos Sistema Tributário da Capitação.

Em 1998, tentando continuar com sua luta sem soldados e sem quartel, o autor criou um pequeno blog pago no site UOL, onde passou a divulgar notícias históricas dos Quilombos do Campo Grande e das Comunidades Quilombolas mineiras.

IPHAN – Tombamento do Ambrósio de Ibiá com documentos de 1746

A 7 de julho de 1999, o jornal “O Estado de Minas” publicou em seu caderno “Gerais/Patrimônio” a notícia de que o IPHAN estava se preparando para tomar o local apontado por Inácio Correio Pamplona em Ibiá, como se fosse o Quilombo do Ambrósio atacado em 1746, isto, com base em trabalhos de Carlos Magno Guimarães, professor da UFMG que se dizia sociólogo e arqueólogo. Nesse mesmo mês publicamos no MGQUILOMBO o artigo “Quilombo do Ambrósio – Onde ficava?”, contestando e mostrando os erros grosseiros do IPHAN, induzido pelo tal Carlos Magno Guimarães.

47 Vide artigo “O QUILOMBO DO AMBRÓSIO DE IBIÁ, 1759”, no MGQUILOMBO.

48 Vide artigo com imagens “O Quilombo do Ambrósio de Ibiá/MG”, no MGQUILOMBO.

49 Arquivados na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo-SP

50 Vide “Quintos por Capitação: O imposto escondido pela Historiografia”, no MGQUILOMBO.

51 Foi a única editora que aceitou publicar o livro do autor. Em dezenas de outras, nem pagando o dobro.

Os fundamentos dados ao IPHAN por Carlos Magno se baseavam em seu micro livro de 171 páginas, sendo 69 delas de notas e anotações e somente 102 compuseram mesmo esse livro sob o título “A Negação da Ordem Escravista”; não cita qualquer das fontes inidôneas que apontamos, mas cita quase todos os autores que as citaram. Capítulos e redação sem qualquer cronologia, não tratam especificamente do Quilombo do Ambrósio⁵², mas sim, de todos os quilombos que localizou, porém, tendo como fio condutor de suas narrativas a ação e a identificação de todos os capitães do mato que listou e relacionou em suas notas. Portanto, não se trata de uma negação, mas de uma afirmação do escravismo através do implícito louvor à profissão de capitão do mato. Em nenhum momento afirma que qualquer dos Quilombos do Ambrósio ficava dentro do Triângulo Goiano. Porém, em seu relatório ao IPHAN, se utilizou de todas as fontes falsas e falsificadas já citadas.

Quanto ao seu trabalho pseudo arqueológico em Ibiá, que visitamos e aferimos em 1992⁵³, nada tem de arqueologia científica e verdadeira, tanto quanto aos “buracos” que lá fez, como aos objetos e materiais que lá diz ter achado, pois poderiam ser encontrados em qualquer lugar que teve povoação de brancos, nada tendo de específico para provar que ali existira um quilombo, nada provando, muito menos que seria ali um quilombo destruído no ano de 1746, não passando, este seu “trabalho de arqueologia”, quanto ao objetivo, de um embuste de baixíssimo nível.

Em janeiro de 2002, apesar de todos os nossos alertas, O IPHAN e o ignorante ministro da cultura Francisco Weffort, através de sua Portaria de 15 de janeiro de 2002, tombou, na marra, o suposto Ambrósio de Ibiá com a documentação de 1746. Erro gravíssimo, porque em 1746 esse primeiro Quilombo se situava na região de Cristais e Ambrósio não foi morto; pior: transformou, de vez, a Confederação Quilombola do Campo Grande, três vezes maior que Palmares, num mísero quilombinho que, atacado em 1746 foi destruído e acabou. O correto seria a utilização da documentação de 1759, mesmo tendo sido esse quilombo encontrado evacuado e o Rei Ambrósio ter perecido em combate a 7 de setembro de 1759 no Quilombo da Pernaíba, localizada ao norte da atual cidade de Patrocínio. Através de nosso mesmo artigo “Quilombo do Ambrósio – Onde ficava?” fomos rebatendo essa arrogância político-comercial com várias atualizações até o ano de 2022.

Apoio do IHGMG ao autor e ao site MGQUILOMBO

Em abril de 2002, em razão de nosso livro e de nosso trabalho, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, através de seu então presidente, Celso Fallabella de Figueiredo Castro, nos convidou e nos diplomou como Sócio Correspondente daquele Sodalício.

Posteriormente, Celso Falabella e os confrades Professor Syllas Agostinho Ferreira e Dr. Jorge Lasmar, todos presidentes eméritos hoje falecidos, nos ajudaram

52 Referências ao Ambrósio de 1746 só a fez nas pgs. 81 e 87 de seu livro.

53 Vide artigo de imagens “O Quilombo do Ambrósio de Ibiá/MG”, no MGQUILOMBO.

a transformar o site do MGQUILOMBO, agora em domínio próprio e independente, em “*um repositório do estudo, pesquisa, preservação e divulgação de documentos, fatos, locais e eventos relativos à participação negra na construção da Pátria Mineira, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, artigo 68 do ato da suas DCT. **Visa a disponibilizar informações e fontes diretamente aos professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio, propondo-lhes a Independência Cultural sob o lema de VERITAS QUAE SERA TAMEN. Ou seja, muito antes de a Lei nº 10.639 de 09/01/2003 ter introduzido o artigo 26-A na LDB, o site do MG QUILOMBO já estava ensinando a História e Cultura Afro-Brasileira, com ênfase em Minas Gerais e São Paulo***”. Posteriormente, outros sete ilustres intelectuais e pesquisadores, sendo três deles da cidade de Cristais, passaram a fazer parte do grupo de “Protetores do Quilombo”, como se pode aferir na seção “Quem Somos” do MGQUILOMBO. Este site tem em seu topo superior direito um quadrinho de busca por palavras, permitindo que o consulente possa encontrar entre as centenas de artigos e milhares de páginas, o assunto ou as imagens de que precisar para trabalhos escolares ou discussão em classe. Vide artigo “O IHGMG e o MGQUILOMBO”, no mesmo site.

Mais Pesquisas, Mais Estudos

Continuando nossos estudos, passei a catalogar e estudar os documentos históricos do Conselho Ultramarino das Capitanias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro (Projeto Resgate do Ministério da Cultura), através dos CDs que adquiri junto ao Arquivo Público Mineiro. Da mesma forma, tive alcance às revistas Anais e documentos históricos da Biblioteca Nacional, assim como à obra completa de Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, completando o conhecimento que já adquirira e soterrando de vez as falsas fontes documentais e às asserções racistas de alguns historiadores mineiros.

Através da publicação organizada do Códice Costa Matoso pela Fundação João Pinheiro (Coleção Mineriana) em 1999, pude constatar que o Sistema Tributário da Capitação fora imposto por Gomes Freire de Andrade mediante prisões, torturas e assassinatos em 1735, com a criação e promulgação de leis e decretos aumentando o contingente das Ordenanças e dos capitães de mato, encarregados de fiscalizar o pagamento semestral desse tributo, com jurisdição para prender qualquer inadimplente e considerá-los, assim como aos seus arraiais, como se quilombolas e quilombos fossem. Daí, o grande aumento do número de “quilombos” no período de 1735 a 1750, quando a Capitação foi extinta.

Todas essas informações documentadas nos trouxeram provas cabais de que o governador Gomes Freire de Andrade foi um psicopata, bajulador de seus superiores e cruelíssimo para com os povos das Minas e que dedicou um ódio especial contra os pretos e, especialmente, contra os paulistas e que dirigiu e executou os dois maiores genocídios Setecentistas da América do Sul, quase simultâneos, contra o povo Guarani do então Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento (Rio

Grande do Sul e Uruguai) e contra pretos e brancos fugidos da Capitação, na chamada Confederação Quilombola do Campo Grande. Confira tudo isso no site do MGQUILOMBO, artigo “Gomes Freire de Andrade: O Outro Lado de Gomes Freire”.

Reconstruindo um Perfil do Pai e Rei Ambrósio

Apesar da inexistência de fontes diretas, pudemos construir à luz da Lógica Formal um perfil da pessoa do Pai e Rei Ambrósio, tão distorcida e falsificada pelas fontes de segunda desde os anos setecentos e pelos inúmeros historiadores monarquistas e/ou racistas do final do Século XIX a meados do Século XX.

As falsas fontes inventaram que Ambrósio era escravo, o que é falso. Primeiro porque no Mapa de Todo o Campo Grande o capitão França dá ao seu arraial o nome de Povoação do Ambrósio, e não de Quilombo. Fora esta Povoação, a única outra que recebeu essa adjetivação foi a “Povoação dos Buenos”, onde morava Diogo Bueno da Fonseca, primo de Bartolomeu Bueno. Outros documentos mostram indícios de transações comerciais dos habitantes do Arraial de Tamanduá (Itapecerica) e de paulistas da região do Sapucaí com a Povoação do Ambrósio. Evidente pois, que uma povoação não poderia ter como líder um escravo ou ex escravo fugido e, da mesma forma, nenhum arraial branco negociaria com ela. Ambrósio era um preto que já nascera livre. Qual a evidência disso?

Os escravos estrangeiros recebiam sempre o “sobrenome” de sua etnia, como fulano Congo, fulano Angola, etc. etc. Os escravos brasileiros recebiam como “sobrenome” a adjetivação de sua nuance étnica, a exemplo de fulano Crioulo, beltrano Cabra, sicrano Pardo e, neste último caso, poderia receber também o próprio nome ou sobrenome de seu pai genético. Em qualquer caso, ganhando ou comprando sua alforria, que era registrada em cartório, esse preto, sob risco de nulidade, continuava a ter o mesmo “sobrenome” que tinha quando escravo. Veja-se, no entanto, que Ambrósio nunca foi citado por qualquer documento – mesmo naqueles falsos e falsificados – com qualquer sobrenome. O que significaria isso?

O número de pretas forras e livres sempre foi muito grande nas Minas Gerais Setecentistas. A maioria dos cabeças de fogo (chefes de família) das Minas sempre foram essas pretas que tinham escravos e agregados brancos e pretos morando com elas⁵⁴. Quando tinham filhos pardos, sendo o pai um branco importante, colocavam nesses filhos o sobrenome do pai. Mas, quando tinham filhos com negros ou cabras, escravos ou não, em geral, ou colocavam o seu próprio sobrenome ou não colocavam sobrenome nenhum. Daí, a conclusão de que não tendo, o Rei Ambrósio sobrenome nenhum, deveria ser filho do ventre livre de uma negra forra ou livre. Ou seja, a evidência é de que nunca fora escravo e que já nascera livre.

Repetindo as informações contidas nos documentos emitidos por Gomes Freire de Andrade e demais autoridades, informações estas ainda mais exacerbadas

54 “Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais, Vila Rica, 1804”, Arquivo Nacional, 1969.

pelas falsas fontes historiográficas, nossos historiadores monarquistas e racistas propagaram uma figura de um Rei Quilombola violento e, por isso, o mais temido quilombola das Minas Gerais e, quiçá, do Brasil. Ora, isso foi implicitamente negado pelo autor das Cartas Chilenas que o chamou de Pai Ambrósio. Além disso, as dezenas de quilombos que a ele se confederaram mostram que ele não era temido coisa nenhuma e, ao contrário, era isto sim muito amado pelos seus agregados e, pela liderança e bondade, muito odiado apenas por Gomes Freire de Andrade e pelos reinóis escravistas de então.

Por outro lado, a ridicularização que o autor das Cartas Chilenas quis fazer dele e de seu quilombo traduz apenas o racismo intrínseco ao sistema escravista luso-brasileiro da época. As evidências mostram que o líder Ambrósio foi uma pessoa de muito carisma, como prova a toponímia (por nós estudada e elucidada, inclusive em dezenas de viagens aos locais) que, até os dias de hoje, além de seus quilombos, imortalizam o seu nome, como por exemplo, a serra do Ambrósio, entre os ribeirões da Mata e Paciência, nascentes do ribeirão do Curral, afluente esquerdo do rio Pará, na atual cidade de Carmópolis de Minas⁵⁵ e as outras duas serras paralelas, com o nome, de Ambrósio, entre o município de Pains e o norte da atual cidade de Formiga-MG, como se vê nas imagens cartográficas do artigo “Palanque do Ambrósio – 1746 – Arcos, Pains e Formiga”, no MGQUILOMBO.

Nosso novo livro devolvendo ao povo História roubada de Minas

Em 2008 reescrevemos o livro “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas roubada do povo”, o qual, tendo em vista o grande volume de novas informações documentadas, recebeu o novo subtítulo de “A História de Minas que se devolve ao povo”, agora com 1032 páginas e 2.749 notas de rodapé, com o honroso prefácio de Celso Falabella de Figueredo Castro e Jorge Lasmar, presidentes eméritos do IHGMG, o qual, tendo em vista o tamanho da luta, lançamos primeiramente em PDF digitalizado e gratuito⁵⁶, posteriormente, publicamos em papel, pela Editora Santaclara e, em 2018, em sua terceira edição, o republicamos pela nossa MG QUILOMBO Editora Ltda⁵⁷. A cada reedição, sem quebrar a sequência de páginas, corrigimos imprecisões e acrescentamos mais e mais atualizações. Apesar da renitência dos historiadores e sociólogos da UFMG e da USP, nosso livro já foi citado em centenas de obras de conclusão de curso, mestrados e doutorados de outros Estados brasileiros e até de outros países.

Em 17 de setembro de 2011 o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais nos elevou à condição de Sócio Efetivo daquele Sodalício, mesmo em desacordo com seus estatutos, pois residíamos na capital paulista, outro Estado.

55 Carta IBGE, Carmópolis de Minas, SF 23-X-A-IV-2, de 1976.

56 https://books.google.com.br/books?id=knV0s_U7FVcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false

57 <https://www.mgquilombo.com.br/loja/quilombo-do-campo-grande-historia-de-minas-que-se-devolve-ao-povo-3a-edicao/>

Passamos então a ocupar a Cadeira nº 92, em nome do grande engenheiro negro Teodoro Sampaio⁵⁸. Vide a nossa posse imortalizada em vídeo oficial produzido pelo próprio Instituto Histórico⁵⁹.

Enquanto isso, tendo em vista a resistência das falsas fontes historiográficas já citadas, escrevemos e publicamos, no ano de 2011, sob o prefácio do Dr. Marco Aurélio Baggio, então presidente do IHGMG e posfácio do nosso confrade e presidente emérito do mesmo Sodalício, Dr. Jorge Lasmar, o livro “Quilombo do Campo Grande: Ladrões da História⁶⁰”, demolindo todas as falsidades e mentiras de Inácio Correia Pamplona, solidificadas pela famigerada Carta da Câmara de Tamanduá (hoje, Itapeçerica-MG) à Rainha.

Em 2017 nos inscrevemos no concurso lítero-historiográfico da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB/MG com o nosso livro “Roubando a História e matando a Tradição: Carta da Câmara da Vila de Tamanduá à Rainha - 1793”, o qual, avaliado por uma plêiade de intelectuais e historiadores, recebeu o Selo Luiz Gama e, com o prefácio do Dr. Daniel Dias de Moura, foi publicado nesse mesmo ano através da MG QUILOMBO Editora⁶¹. Provamos que a tal carta da Câmara de Tamanduá é um documento 100% ideologicamente falso.

Resumo da História da Confederação Quilombola do Rei Ambrósio

A História da Confederação Quilombola do Campo Grande, apesar de ser a mais heroica e gloriosa das Minas Setecentista, é também muito simples. A estrutura dessa Confederação, conforme revelaram vários documentos, a exemplo das cartas que a Câmara de Vila Rica escreveu às demais Câmaras em 1756, sobre a “*notícia que temos de se haverem confederado*” e que o próprio Gomes Freire de Andrade, terminada a Guerra, em carta de 16 de dezembro de 1759, escreveu que os quilombos do Campo Grande eram “*todos subordinados a um maior, donde residia a negra corte e o chamado Rei a que os mais obedeciam*”⁶², além de outros documentos, de onde se depreende que cada quilombo tinha o seu rei e rainha, mas que, por vontade própria se confederaram ao Quilombo do Rei Ambrósio. Outro documento de Gomes Freire, diz em 1746 que esses Quilombos existiam havia cerca de vinte anos, ou seja, desde a década de 1720.

O fortalecimento desses quilombos se deveu à substituição dos Quintos por Fundação pelo Sistema Tributário da Capitação em 1735, cobrado semestralmente do trabalhador, fosse escravo, fosse preto livre ou branco pobre, no valor de 2,25 oitavas de ouro⁶³, sob penas de confisco do escravo e prisão do senhor inadimplente

58 Vide “Convite a todos os Quilombolas do MGQUILOMBO” no site.

59 <https://www.youtube.com/watch?v=b61s62vAhF0>

60 <https://www.mgquilombo.com.br/loja/quilombo-do-campo-grande-ladros-da-historia/>

61 <https://www.mgquilombo.com.br/loja/roubando-historia-matando-tradicao-carta-da-camara-de-tamandua-rainha-1793/>

62 Vide artigo “Rei do Quilombo do Ambrósio morreu em 1759”, no MGQUILOMBO.

63 Vide “INSTRUCÇÃO”, Revista do APM, 1903, vol.8, pp. 492-493.

e, aos pretos forros e livres, penas de açoite, prisão e deportação para a Colônia de Sacramento, hoje Uruguai. Esse valor, na visão dos comerciantes, contrabandistas e grandes senhores de escravos era irrisório, mas para o enorme contingente de pretos pobres e pretos forros que trabalhavam apenas para comer, era muito alto. A inadimplência, com a violência dos cobradores (capitães do mato), em que pesem suas penas altíssimas era fatal para essa pobreza. Os Arraiais e Vilas oficiais, num de repente, se esvaziaram. O povilêu, pretos livres e brancos pobres com seus próprios escravos, fugiu para os sertões, alguns fundando povoações escondidas e, a maioria se agregando à Povoação do Ambrósio e aos quilombos do Campo Grande, que acolheram a todos⁶⁴. Gomes Freire, vendo a enorme diminuição na arrecadação da Capitação e demais tributos, mandou que seus capitães do mato atacassem a qualquer povoação ou aglomerado de pessoas, pretas ou brancas, como se fossem quilombos e quilombolas, isentando-os de qualquer crime e gratificando-os pelas prisões e/ou mortes que fizessem nesses “quilombos”.

Guerras de 1741 a 1746

Assim foram, na verdade, os ataques que mandou fazer em 1741 aos “quilombos” Susuy e Peropeba em territórios das atuais cidades mineiras de Entre Rios de Minas, São Brás do Suaçuí e Queluzita, bem como os ataques de 1743 aos “quilombos” paulistas da atual cidade de Campanha e aos “quilombos” do Gondu, Quebra-Pé e Boa Vista-I, nos territórios das atuais cidades de Carmo da Cachoeira ou São João Nepomuceno, Três Pontas e Boa Esperança, entre outras⁶⁵.

Percebendo que a Povoação do Ambrósio era o principal ponto de acolhimento, fornecimento de mantimentos e redirecionamento dos fugidos da Capitação, Gomes Freire resolveu declará-la um Quilombo, assim como a um arraial dos Paulistas, na região da atual cidade de Campanha. Simultaneamente, mandou que capitães do mato atacassem esse “quilombo” paulista e nomeou o capitão Antônio João de Olivera para reunir uma tropa de mais de 400 homens no chamado Sítio dos Curtumes (entre as atuais cidades de Entre Rio de Minas e Casa Grande), para atacar o então primeiro Quilombo do Ambrósio e seus quilombos confederados na região das atuais cidades de Arcos, Pains, Formiga, Piumhi e Cristais⁶⁶.

Vindo pela Picada de São João a Goiás, a tropa de Oliveira foi interceptada pelos quilombolas de toda a região, na altura do Morro das Balas⁶⁷, hoje cidade de Formiga, onde, depois de uma grande batalha com baixas de ambos os lados, ao que

64 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 364-422.

65 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp.428-454.

66 Vide artigo “Palanque do Ambrósio – 1746 – Arcos, Pains e Formiga”, no MGQUILOMBO.

67 Vide artigo “Morro das Balas, Palanque do Quilombo do Ambrósio, 1746”, no MGQUILOMBO.

parece, acabaram fugindo, desistindo de atacar a Primeira Povoação do Ambrósio⁶⁸. Também na Campanha, as tropas de Gomes Freire foram derrotadas⁶⁹.

Apesar da falta de informação sobre o número exato de mortos, os mapas da Capitação, mesmo com a grande entrada de novos negros, apresentaram de 1746 para 1747 uma diminuição de quase quatro mil escravos matriculados, confirmada durante os próximos anos, indicando ou a morte desses pretos, ou a morte deles e de seus senhores nos quilombos do Campo Grande, afora o provável grande número de pretos forros e brancos pobres também assassinados.

Vendo o enorme poder dos paulistas que, mesmo odiados e sempre perseguidos politicamente pelos reinóis mineiros, estavam cada vez mais ricos, estendendo suas conquistas desde a Colônia do Sacramento, hoje Uruguai, até as suas Comarcas dos Goias e Mato Grosso-Cuiabá, Gomes Freire de Andrade, com o apoio dos portugueses das Minas Gerais e do Ultramar, determinou em 1748 a criação das novas Capitânicas de Goiás e do Mato Grosso e, simultaneamente, a extinção da Capitania de São Paulo que ficou sem governador e quaisquer outras autoridades e foi anexada ao Rio de Janeiro, como um simples “distrito” não oficial⁷⁰. Aproveitando-se para vingar a derrota que sofreu dos paulistas da atual região de Campanha, Gomes Freire mandou anexar à Capitania mineira toda a região localizada a oeste do Rio Sapucaí que, então, sempre pertencera à, agora extinta⁷¹, Capitania de São Paulo⁷².

Última Guerra aos Quilombos do Campo Grande – 1756 a 1760

Morto o rei dom João V em 1750, este foi sucedido pelo rei dom José que fez seu Primeiro-Ministro o marquês de Pombal⁷³. Apercebendo-se de que fora a Capitação que causara todas essas revoltas, esvaziamento das Minas e redução da arrecadação dos tributos, Pombal, sob a alegação de que com esse sistema, Portugal corria o risco de perder não só a Capitania das Minas, mas o próprio Estado do Brasil, extinguiu esse tributo e restabeleceu os Quintos por Casas de Fundição⁷⁴.

Os indícios documentais apontam que por volta do ano de 1750, Ambrósio e alguns de seus confederados resolveram mudar os seus quilombos para o Alto Paranaíba, inclusive dentro do Triângulo que, até 1815, continuaria a pertencer a independente Capitania de Goiás⁷⁵.

68 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp.455-533.

69 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 467-474.

70 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 533-544.

71 Vide livro “Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo”.

72 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 556-559.

73 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 559-561.

74 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 572-579.

75 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 579-597.

Extinta a Capitania, a maioria dos seus inadimplentes fugidos, principalmente os brancos pobres e pretos livres, começou a voltar para as Vilas oficiais. Mesmo assim, tendo em vista a derrota das tropas do governador Gomes Freire, aumentaram e muito as fugas de escravos para os quilombos do Campo Grande. De um lado, o enorme contingente de pretos livres, mais numerosos que os brancos, nas vilas oficiais, de outro, o aumento da população dos quilombos do Campo Grande. Tudo isso gerou a chamada onda negra e medo branco na Capitania das Minas Gerais⁷⁶.

Assim, Gomes Freire pessoalmente e através de seu irmão, José Antônio, seu substituto no Governo das Minas, desde 1756, passaram a articular uma nova guerra contra os Quilombos do Campo Grande⁷⁷.

Ataques aos Quilombos do Alto Paranaíba e Triângulo Goiano - 1759

Bartolomeu Bueno do Prado reunira suas tropas de mais de 400 homens no lugar até hoje chamado “Quartel” na região da atual cidade de Piumhi. Dali partiu para atacar o Segundo Quilombo do Ambrósio, em Ibiá. Lá chegando em 1º de setembro de 1759, encontrou esse Quilombo evacuado. Vide artigo “O Ambrósio-1759 do Capitão Antônio Francisco França – 1760”, no MGQUILOMBO.

Percebendo que a maioria dos quilombolas tinham seguido o rumo Noroeste, Bartolomeu também seguiu nessa direção. Chegou ao Quilombo da Pernaíba, de 70 casas, a norte da atual cidade de Patrocínio na madrugada de 7 de setembro. Depois de horas de sangrenta batalha, matou muitos quilombolas, prendeu outros e incendiou todas as suas casas, paióis e plantações. Vide artigo cartográfico “Quilombo da Pernaíba – Patrocínio, MG”, no MGQUILOMBO. Voltando ao vazio Quilombo do Ambrósio, incendiou e destruiu também ali tudo que havia.

Atacou quase que simultaneamente, sempre à noite, os Quilombos do Indaiá e Bambuí que tinham 200 e 150 casas, e ali também matou muitos quilombolas, prendeu outros e incendiou suas casas, paióis e plantações. Vide artigo cartográfico “Quilombo do Ambrósio II Núcleo Alto Paranaíba e Bambuí”, no MGQUILOMBO.

Não encontrando outros quilombos povoados na região, Bartolomeu recolheu suas tropas levando os prisioneiros para o seu Quartel na região do Piumhi⁷⁸.

Ataques aos Quilombos do chamado Sapucaí - 1759

O Sapucaí não era um quilombo, mas sim aquela região situada a oeste do Rio Sapucaí, afluente esquerdo do rio Grande, a mesma abocanhada por Gomes Freire da extinta Capitania de São Paulo, mas que, até então não conseguira tomar posse. Vide artigo cartográfico “Quilombo do Ambrósio II Sapucaí”, no MGQUILOMBO.

Em meados de outubro de 1759, Bartolomeu e suas tropas partem do Piumhi para o ataque sequencial aos quilombos: Goiabeiras, 90 casas; Chapéu, 137 casas;

76 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 579-620.

77 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 620-630.

78 Livro “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 675-698.

Boa Vista II, 200 casas; Nova Angola, 90 casas; Pinhão, 100 casas; Caeté, 90 casas; Zondu, 80 casas e Careca, 220 casas, este último, localizado dentro de território da atual cidade paulista de Divinolândia. Nesses quilombos, a morte dos quilombolas foi a regra e, o aprisionamento, a exceção⁷⁹.

Após esses ataques, Bartolomeu atacou outros quilombos, a exemplo do Muzambo e Marimbondos, fundou o arraial do Cabo Verde, entre outros.

As evidências revelam que a população de quase todos esses quilombos estava acometida de bexigas, como então era chamada a varíola, fato que favoreceu os atacantes, mas que, ao final, também os contaminou. Ao final de novembro e começo de dezembro de 1759, estavam todos recolhidos em suas casas, padecendo dessa doença que, então, era terrível e fazia muitas mortes.

Ataque ao Quilombo do Cascalho e visita às Relíquias do Ambrósio–1760

Depois de esperar um mês na casa de Bartolomeu Bueno que se convalescia das bexigas, Diogo Bueno, demais parentes e muitas outras pessoas, inclusive o capitão Antônio Francisco França, partiram, em 27 de agosto de 1760, para a destruição do último dos quilombos do Campo Grande, o do Cascalho, de 80 casas. Como de costume, mataram quase todos os quilombolas e aprisionaram alguns.

Dali, partiram para um giro por todos os quilombos que compunha a confederação do Ambrósio em 1746, fazendo experiências minerais até mesmo no despovoado Ambrósio de Cristais e autorizando a alguns de seus componentes a requererem cartas de sesmaria ao Governador José Antônio Freire de Andrade, incluindo o próprio Bartolomeu Bueno do Prado, conforme registraram as atas da Guardamoria de Carrancas, cujo guarda-mor era o próprio Diogo Bueno da Fonseca, primo de Bartolomeu Bueno, de onde se extraiu próprio texto lateral do Mapa de Todo o Campo Grande, que o capitão França terminou de desenhar durante a parada maior que fizeram no Quilombo da Boa Vista-I⁸⁰.

Depois disso, Bartolomeu Bueno, com o título de guarda-mor do Arraial do Jacuí, hoje cidade de Jacuí, onde administrou a Intendência do ouro ali instalada e fiscalizou os descaminhos em toda a região. Vide artigo com fotografias das ruínas dessa Intendência, “Os Sertões de Jacuí”, no MGQUILOMBO. Falecido em janeiro de 1768, Bartolomeu Bueno foi sepultado no cemitério da capela do Rosário na, então, freguesia de Carrancas, hoje cidade⁸¹.

A população do Campo Grande e o número de quilombolas mortos

A população de todos os quilombos do Campo Grande, considerado o número de casas apontados ou insinuados no Mapa do capitão França e uma média de 6 pessoas por casa, chega-se a uma população, ainda subdimensionada, de pouco mais

79 Livro “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp.706-758.

80 Livro “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp.756-775.

81 Livro “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp.775-808.

de dez mil habitantes. Também o número de mortos, sem dúvida, foi omitido na maioria dos quilombos destruídos. Evidente que foram muito mais que 3.900 quilombolas, pois somente Bartolomeu Bueno apresentou ao Governador 3.900 pares de orelhas dos quilombolas que teria, pessoalmente, assassinado⁸². Essa informação de Pedro Taques, fora obtida diretamente de Sebastião Pimenta Ribeiro, soldado de Bartolomeu Bueno do Prado, que estivera presente em todas as batalhas de 1759, que dez anos depois se hospedara na casa de Pedro Taques, em São Paulo, em busca da descrição da árvore genealógica de Bartolomeu Bueno. Portanto, seus críticos nunca passaram de detratores da História do Negro em Minas Gerais.

O total de quilombolas mortos nas guerras de 1746 e 1759/60 (pretos escravos, forros e livres e muitos brancos pobres), sem dúvida, passou dos dez mil mortos, número que, embora ainda subdimensionado, consideradas as populações nas duas guerras, se comparados aos números de outros conflitos brasileiros até o final do Século XX, foram os maiores de todos e podem ser qualificados de genocídio, o maior ocorrido em toda a América do Sul Setecentista.

A Morte do Rei Ambrósio

O próprio governador Gomes Freire de Andrade, em carta que escreveu em 16 de dezembro de 1759, do Rio de Janeiro, ao amigo ministro do Ultramar Thomé Joaquim da Costa Corte Real, falando dos quilombos localizados dentro do Triângulo Goiano, dos quais, foram mandados 50 como galés para desbastar morros na Fortaleza de Villegagnon⁸³, disse-lhe também que, embora seu irmão ainda não lhe tivesse informado o total de mortos até então, dissera-lhe que entre os mortos “*acabara o chamado rei*”, o mesmo, ao qual eram “*todos subordinados*” e ao qual todos “*os mais obedeciam*”. Vide artigo “Rei do Quilombo do Ambrósio morreu em 1759”, no MGQUILOMBO. Dentro do Triângulo Goiano de então só foram atacados dois quilombos: o do Ambrósio, encontrado vazio e o da Pernaíba, onde houve uma das batalhas mais sangrentas, segundo carta do próprio Bartolomeu Bueno. Portanto, foi nesse Quilombo da Pernaíba, a norte da atual cidade de Patrocínio-MG, que o Rei Ambrósio pereceu em combate, no dia 7 de setembro de 1759. Vide artigo “SETE DE SETEMBRO – DIA DA DIGNIDADE NEGRA”, no MGQUILOMBO.

Luta pela recuperação da História do Rei Ambrósio

Este historiador nunca foi contra o tombamento do sítio de Ibiá pelo IPHAN. Sempre foi contrário sim ao tombamento com documentação de 1746, como se o Primeiro Quilombo do Ambrósio se localizasse em Ibiá, bem como, contra a falsa notícia de que Ambrósio teria morrido nesse ano. Evidente que não se trata de uma mera birra contra a cidade de Ibiá, como propagaram alguns políticos tendenciosos

82 Livro “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp.778-808.

83 In https://pt.wikipedia.org/wiki/Fortaleza_de_S%C3%A3o_Francisco_Xavier_da_Ilha_de_Villegagnon

dessa cidade. Não. É que esse tombamento com a documentação de 1746 e morte do Rei Ambrósio, reduz a gloriosa História da Confederação Quilombola do Campo Grande a um único quilombinho que, atacado em 1746, teria sido destruído, seu rei morto e... acabou. Assim, Salvo Melhor Juízo, a nossa luta é contra esse CRIME que vem sendo praticado desde o final do Século XVIII contra o Bem Cultural Imaterial e Material, chamado História do Negro em Minas Gerais.

A idiossincrasia do IPHAN e do Arquivo Público Mineiro - APM

O político e Ministro da Cultura do Governo, Francisco Weffort e seu IPHAN (Governo FHC), através de sua Portaria de 15 de janeiro de 2002 não só fizeram o tombamento do Ambrósio de Ibiá com a documentação errada, a de 1746, como fizeram com que o Arquivo Público Mineiro procedesse ao tombamento material dessa mesma documentação, possivelmente incluindo até mesmo as fontes falsas e falsificadas que aqui já mencionamos, comprovando serem criminosas contrafações.

Através do nosso site MGQUILOMBO publicamos vários artigos contestando e demonstrando o uso indevido da documentação de 1746, a exemplo de: 1) Artigo “Quilombo do Ambrósio – Os erros grosseiros do IPHAN”, de 10.06.2011; 2) do artigo “QUILOMBO DO AMBRÓSIO – Imperícia na Universidade Pública (Raphael Sânzio – UNB)”, de 11.06.2011; 3) Artigo “Fala Sério IPHAN!”, de 20.11.2011.

Nesse período, fizemos várias petições ao IPHAN. Depois de muita procrastinação e abuso de poder, tivemos nossos pedidos denegados por perda do prazo, isto, porque por clara má-fé, nossas petições não foram juntadas aos autos. Assim, peticionamos em 24 de outubro de 2012 à sua nova presidente, Jurema Machado (indicada pelo político mineiro Ângelo Oswaldo)⁸⁴. Esta, em março de 2013, indeferiu todos os nossos pedidos, sob o disparate de que este historiador e, portanto, também o IHGMG, não tinha legitimidade para fazer tal pedido e que somente o dono do terreno o poderia fazer⁸⁵.

Entramos com Recurso pedindo a subida dos autos ao Ministério da Cultura. A arrogante presidente do IPHAN simplesmente denegou o nosso pedido e, ilegal e inconstitucionalmente, mandou arquivar os autos.

Assim, em 20 de março de 2013, agravamos de mais esta decisão ilegal e inconstitucional, reiterando o pedindo a subida do Recurso ao Ministro da Cultura, restabelecendo a real verdade fática dos autos e alegando o artigo 26-A da LDB, artigo 458, II do CPC, artigo 56, § 1º e 58, IV da Lei nº 9784-99, combinados com o Inciso XXXIV do artigo 5º da CRFB, estabelecendo que “São a todos assegurados (...) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos o contra ilegalidade ou abuso de poder” e Inciso LV que estabelece que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, (...) são assegurados o contraditório e a ampla

84 https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2016/07/1_petio__nova_presidenta_do_iphan_24.10.2012.pdf

85 https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2011/11/2_-_iphan_oficio179-20131_de_13.03.2013.pdf

defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”, lembrando àquelas autoridades o XXXV do mesmo art. 5º da CRFB que “*A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*”⁸⁶. Pedimos ao final, a reconsideração e nulidade da decisão e mostramos que as decisões da Sra. presidente do IPHAN incidiram em todos os incisos do artigo 80, 79 e 81 do CPC, praticando, *mutatis mutandis*, uma judicatura administrativa de má-fé que, sendo funcionária pública, carregava seus atos a vários outros crimes típicos dessa carreira.

Obtivemos uma cópia do Processo, IPHAN 1.428-T-98, em 19 de junho de 2013, onde lhe fizemos glosas, página a página, mostrando e comprovando documentalmente todos os erros e equívocos, inclusive por parte do grotesco “historiador, sociólogo e arqueólogo” Carlos Magno Guimarães, bem como a sequência de petições que dirigimos aos seus sucessivos presidentes desde a data do criminoso tombamento. Denunciamos suas irregularidades ao MP Federal sediado em Uberaba-MG e pedimos a instauração de um Inquérito Civil Público.

Diante disto, um Diretor do IPHAN nos convidou para uma reunião em Brasília, desde que solicitássemos a suspensão do Inquérito Civil no MP Federal de Uberaba, o que atendemos, conforme o artigo “IPHAN = Impostura e Prepotência Históricas, arrogantes e Nebulosas”, contestando a inércia do IPHAN que publicamos no MGQUILOMBO. Esta foi a sequência dos fatos ocorridos e petições feitas desde então:

02.07.2013 - Reunião em Brasília, deste historiador por si e em nome do Dr. Jorge Lasmar, presidente do IHGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, acompanhado dos senhores Wenceslau Ribeiro de Castro e João Bosco Reis, respectivamente, Prefeito Municipal e presidente do Conselho Municipal de Cultura da cidade de Cristais-MG, com o Sr. Andrey Rosenthal e seus assessores envolvidos na questão, conforme artigo publicado no MGQUILOMBO, “QUILOMBO DO AMBRÓSIO – O IPHAN ACEITOU CONVERSAR”⁸⁷. Nesta Reunião, foi apresentado ao IPHAN uma planilha de 18 páginas, contendo as glosas feitas por este historiador ao Processo IPHAN de tombamento, sobre a qual falou e demonstrou, sem qualquer contestação dos membros do IPHAN⁸⁸. Nesta mesma reunião o representante do IPHAN elaborou e assinou um memorial contendo as razões e documentos apresentados por este historiador, seus pedidos e o compromisso implícito do IPHAN de atender a todos⁸⁹.

08.07.2013 – Petição à Sra. Jurema, presidente do IPHAN, cobrando-lhe o cumprimento dos compromissos assumidos na reunião de 02.07.2013⁹⁰.

86 https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2011/11/3_agravo_ao_oficio179-2013_19.03.2013.pdf

87 vide <https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/quilombo-do-ambrosio-o-iphan-aceitou-conversar/>

88 Vide https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2011/11/c_glosas_sobre_o_processo0.pdf

89 Vide <https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2013/08/Mem%C3%B3ria-de-02.08.2013.pdf>

90 Vide https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2016/07/b_petio_de_05.07.2013_-_sobrestamento.pdf

09.07.2013 - Carta ao Sr. Andrey Rosenthal Schlee, Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, abordando e ratificando o que se disse e documentou na reunião de 02.07.2023, sobre a apresentação dos documentos necessários para regularizar o tombamento de Ibiá e para o tombamento dos sítios históricos do Morro das Balas em Formiga, MG e do Primeiro Quilombo do Ambrósio em Cristais, já tombados pelas Câmaras e Prefeitos municipais dessas cidades⁹¹.

A partir de 09.07.2013 não conseguimos mais nenhum contato com o IPHAN, nem por telefone e nem pessoalmente em várias viagens a Brasília. Assim, informamos ao MP-Federal de Uberaba e pedimos a continuidade do Inquérito Civil Público, o qual foi instaurado em 08.08.2014 sob o nº 1.22.002.000015/2013-68⁹². Nessa mesma data publicamos no MGQUILOMBO o artigo “IPHAN quer fazer História de Minas Gerais com “Carteiradas de Autoridade”. Depois disso, inexplicavelmente, o MP Federal extinguiu o feito e o mandou arquivar.

O Poder Político e Econômico atrás da idiosincrasia do IPHAN

Tendo falecido os presidentes eméritos do IHGMG Jorge Lasmar e Celso Falabella e muitos outros confrades ilustres e não racistas, aquele Sodalício foi tomado por funcionários públicos, monarquistas e descendentes de italianos, cujos presidentes passaram a fazer uma sistemática oposição ao nosso trabalho sobre a História do Negro em Minas Gerais, dissimulada no fato de sermos o único membro morador em outro Estado. Não tivemos escolha. Assim, para evitar entrar em “vias de fato” contra esses dissimulados agressores, pedimos nosso desligamento desse Sodalício em 24 de abril de 2017⁹³, o qual foi acolhido, admitindo descaradamente a existência de nossas razões antirracistas⁹⁴.

Coincidência, ou não, o monarquista Dr. Angelo Oswaldo de Araújo Santos era e ainda é, sócio efetivo do IHGMG. Em agosto de 2002, respondendo nossas indagações sobre a posição do IEPHA, como Secretário da Cultura de Minas Gerais que era, limitou-se a nos dizer o nome e o e-mail do então presidente daquela entidade. Vide artigo “Quilombo do Ambrósio – Onde ficava?” no site MGQUILOMBO. Depois, passou a evitar, naquele Sodalício, qualquer contato com este historiador, sempre ausente de onde estivesse este seu, então, confrade.

Político com mandatos municipais e federais⁹⁵, Angelo foi chefe de Gabinete do Ministério da Cultura (1986-1988), presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC) entre 1985 e 1987 e membro dos conselhos do IPHAN (1994-2002), do qual participou até nov/2018. Nesse período,

91 Vide <https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2013/08/Requerimento-feito-ap%C3%B3s-a-reuni%C3%A3o-com-IPHAN.pdf>

92 <https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2013/08/Ea-Portaria-n%C2%BA-140-de-08.08.2014-do-MPF-em-Uberaba.pdf>

93 Vide <https://tjmar.adv.br/reflexoes/images/ihgm/Desligamento-Pedido.pdf>

94 Vide <https://tjmar.adv.br/reflexoes/images/ihgm/Desligamento-deferimento.pdf>

95 Vide https://pt.wikipedia.org/wiki/Angelo_Oswaldo

também presidiu o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, entre julho de 2013 a dezembro de 2014. Segundo informações verbais de funcionários do IPHAN, ele, como ex-presidente e membro do Conselho do IPHAN, teria apoiado e participado do processo de tombamento N° 1.428-T-98, iniciado de fato em 19.12.1997.

Vimos pelo Google Earth e pela mídia em 2003 que a cidade de Araxá tivera o seu meio ambiente degradado ao extremo pela mineradora COMIG, hoje CODEMIG, inclusive em volta do famoso Grande Hotel e suas águas termais, também administrados pela COMIG de forma privada, através da falida Varig. Por outro lado, a economia de Araxá se tornara muito dependente da mineradora COMIG que, da mesma forma, influenciava muito a política e os políticos de Araxá e do Estado de Minas Gerais.

Constatamos que, sob o patrocínio da COMIG a cidade de Araxá conseguiu que no carnaval de 1999, o enredo da Escola de Samba Beija Flor de Nilópolis-RJ fosse “*Araxá – Lugar Alto Onde Primeiro Se Avista o Sol*”, exaltando suas belezas e personagens da região, que rendeu à escola o 8º lugar naquele carnaval carioca⁹⁶. Constatamos também que no ano de 2000 para 2001 foi publicado o livro de 126 páginas “*O Tesouro do Quilombo*”, de Angelo Machado, sob o patrocínio da COMIG, estatal mineira, então coligada da COMIG. Nesse livro, o autor arrasta o Quilombo do Ambrósio de Cristais e de Ibiá para dentro de Araxá, deturpando ainda mais a História do Rei Ambrósio, ensinando coisas erradíssimas sobre a fauna e a flora do ecossistema do cerrado, numa propaganda descarada do então Grande Hotel de Araxá. Vide nosso artigo “O Tesouro do Quilombo – Crítica Literária” por nós publicado em setembro/2003 no MGUILOMBO.

Como se sabe, mineradoras, incluindo a COMIG-CODEMIG, são as empresas que mais repassam verbas de campanha para os políticos mineiros e também para suas obras, em nível municipal, estadual e federal.

À época do enredo da Escola de Samba Beija Flor, do livro Tesouro do Quilombo e do tombamento do Ambrósio de Ibiá com documentação errada, o governador do Estado de Minas Gerais era Itamar Franco, sendo seus homens de confiança, Henrique Hargreaves, presidente da COMIG e secretário de governo e, secretário de cultura o ex-presidente do IPHAN, Angelo Osvaldo de Araújo Santos. Olha ele aí, de novo.

Evidente que os diretores do IPHAN, sempre indicados e comandados por políticos como Angelo Osvaldo, não tinham como refazer o tombamento que fizeram do Ambrósio de Ibiá com a documentação errada, de 1946, pois isso poderia colocá-los em má situação perante seus patrocinadores econômicos.

Estes, salvo melhor juízo, são os poderes político e econômico que temos enfrentado, com a ajuda de algumas autoridades municipais e o desconhecimento

96 Vide <https://www.lettras.mus.br/beija-flor->

[rj/472982/significado.html#:~:text=A%20letra%20do%20samba%2Denredo,%C3%A0%20sua%20localiza%C3%A7%C3%A3o%20geogr%C3%A1fica%20elevada.](https://www.lettras.mus.br/beija-flor-rj/472982/significado.html#:~:text=A%20letra%20do%20samba%2Denredo,%C3%A0%20sua%20localiza%C3%A7%C3%A3o%20geogr%C3%A1fica%20elevada.)

por parte do povo pobres das Minas Gerais, principalmente os pretos. Porém, todos os anos temos cobrado, via e-mail, o IPHAN e seus superiores Ministros, o IEPHA e o Arquivo Público Mineiro – APM, sempre sem nenhuma resposta

A deslealdade das Faculdades de História e Sociologia da UFMG e USP

Cobramos via e-mail os departamentos de História e Sociologia da UFMG dezenas de vezes sobre os erros pueris e ridículos a que um de seus professores, Carlos Magno Guimarães, induziu o IPHAN a tombar o Ambrósio de Ibiá com a documentação errada e a custa de falsas fontes documentais. Da mesma forma, cobramos a esses mesmos departamentos da USP, já que deram ao Magno o título de doutor em Sociologia, curiosamente, no mesmo ano em que a UFMG passou a aplicar mestrados e doutorados a graduados da USP e publicou livros da historiadora Laura de Mello e Souza eivados de repetições equivocadas e fontes inidôneas sobre a Confederação Quilombola do Rei Ambrósio. Essas pessoas e suas entidades nunca nos responderam nada, nem mesmo às nossas ligações telefônicas. Carlos Magno foge deste historiador como o diabo foge da Cruz, diria um bom cristão.

As informações que nos chegaram, sempre de fontes que nos pediram sigilo, são as de que esses maus profissionais, quando ouvem falar de meus quase 40 anos de pesquisas e de meus livros, colocam na frente de suas caras os seus pretensiosos títulos de professores, mestres e doutores e, sem entrar no mérito de minhas obras, espalham maledicências dizendo à boca pequena que, sendo eu um advogado, não tenho conhecimento e nem competência para fazer historiografia ou sociologia.

Como nenhum deles teve a coragem e a decência de dizer isso em público, fica difícil lembrá-los de que até meados do Século XX a maioria dos historiadores eram advogados e outros juristas. Lembrá-los de que a profissão de advogado existe desde o Egito e a Grécia antigos e, no Brasil, a primeira Academia de Direito começou a funcionar em 1827 e que, os cursos de História começaram no Brasil somente entre os anos de 1935 e 1940; de que só recentemente, quebrado o veto do presidente Bolsonaro, foi aprovada a Lei 14.038 regulamentando a profissão de Historiador e estabelecendo no Inciso V de seu artigo 3º que também são historiadores os “*profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de 5 (cinco) anos, a profissão de Historiador, a contar da data da promulgação desta Lei*”. As obras deste autor mostram que tem exercido a profissão de historiador há quase quarenta anos, tempo equivalente a mais de dez mestrados ou doutorados em História, mormente tendo o orientador que tive, o grande Dr. Hélio Gravatá. Além disso, um advogado perito em grafoscopia tem uma facilidade em paleografia bem maior que a maioria dos historiadores, que contratam pesquisadores e paleógrafos para os seus trabalhos, bem como, domina melhor o português jurídico instrumental, no qual são lavrados os documentos históricos - que não existe nas faculdades de História e Sociologia - e, por isso, ousa trasladar os textos antigos para a ortografia atual, o que não ousam fazer os graduandos, professores, mestres e doutores dessas faculdades da UFMG e da USP.

Compreensível é o fato lógico de que, se aqueles citados autores que escreveram sobre a Confederação Quilombola do Campo Grande e sobre o Rei Ambrósio admitissem as nossas obras, teriam que rasgar grande parte do que escreveram e jogar fora. Parece que não vão fazer isso. Mas, sendo o tempo o dono da razão, este o fará por eles futuramente.

A História não mora nas Faculdades e nem no IPHAN

Quando o poder político, o poder econômico e a vaidade entram por uma porta, a verdade histórica sai pela outra e busca abrigo no Povo e nas suas Tradições.

Em 20 de novembro de 2012 o Prefeito Municipal de Formiga-MG, Aluísio Veloso da Cunha, pelo seu decreto nº 5.682/2012 mandou tombar o Sítio Histórico do Morro das Balas⁹⁷, onde os quilombolas da região de Arcos, Pains e Formiga⁹⁸ interceptaram e derrotaram as tropas governistas que vinham atacar o primeiro Quilombo do Ambrósio⁹⁹, situado em território da vizinha Cristais-MG. Acima de qualquer preferência partidária, todo o povo de Formiga, até os dias de hoje, continua a se orgulhar desta história e sua Prefeitura criou em 20 de novembro de 2019, um memorial neste Sítio Histórico¹⁰⁰.

Em 10 de novembro de 2009, a Câmara dos vereadores de Cristais-MG aprovou e sua prefeita, Sra. Maria Elizabet Santos de Souza, assinou e promulgou a Lei nº 1504/2-2009, tombando os topônimos “*Morro do Quilombo, Morro do Redondo, Morro da Meia Laranja, Ribeirão do Quilombo, Ribeirão do Paiol e Morro da Vigia (...) restabelecendo a toponímia original geral de ‘Primeira Povoação do Ambrósio’ a todo esse conjunto topográfico, por seu valor histórico, como um Bem Cultural Imaterial, decorrente da contribuição negra na formação da Terra Mineira*”¹⁰¹. Vide artigo “A TOPONÍMIA DO PRIMEIRO QUILOMBO DO AMBRÓSIO, CRISTAIS-MG”, no MGQUILOMBO.

Em 2 de julho de 2013, o então prefeito Municipal Wenceslau Ribeiro de Castro e seu Secretário da Cultura, João Bôsko Reis, fizeram questão de comparecer à sede do IPHAN, em Brasília para, junto conosco, reivindicar a correção do tombamento do Ambrósio de Ibiá e o reconhecimento dos Sítios Históricos de Cristais e Formiga. Vide artigo “QUILOMBO DO AMBRÓSIO – O IPHAN ACEITOU CONVERSAR”, com suas fotografias à mesa de negociação, no site do MGQUILOMBO.

Em 7 de maio de 2023 o então prefeito da cidade de Cristais-MG, seu vice-prefeito, secretariado, presidente e vereadores da sua Câmara Municipal e doadores

97 Vide https://www.mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2013/10/sitio_historico_palanque_morro_das_balas.pdf

98 Vide <https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/palanque-do-ambrosio-1746-arcos-pains-e-formiga/>

99 Vide <https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/morro-das-balas-formiga-mg/>

100 <https://ultimasnoticias.inf.br/noticia/consciencia-negra-memorial-ao-maior-quilombo-da-regiao-recebe-identificacao-no-morro-das-balas/>

101 Vide <https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/lei.pdf>

do bem móvel “Morro da Vigia”, que meses antes já haviam contratado engenheiros e escultor para a construção deste complexo monumental¹⁰², inauguraram ali o Memorial do Primeiro Quilombo do Ambrósio, com repercussão na mídia nacional. Vide artigo “Memorial do Primeiro Quilombo do Ambrósio, Cristais-MG”, no MGQUILOMBO.

Porém, mais uma vez a falsa historiografia se impôs. A Globoplay¹⁰³ e o seu G1 mineiro¹⁰⁴, ao invés de se consultar com o prefeito, secretários, vereadores, ou ex-prefeitos ou qualquer pessoa do povo de Cristais-MG, recorreram aos autores mentirosos e aos falsos documentos de que se valeram, principalmente do maldito conto do Carmo Gama (publicado pelo APM como se história fosse) para falar do Quilombo do Ambrósio de Cristais, ou seja, entre outros disparates, os de que “*Ambrósio foi vendido como escravo junto a sua esposa Cândida no mercado do Valongo – Rio de Janeiro, aproximadamente em 1725. O Rei Ambrósio foi arrematado e alforriado pelos jesuítas, que sabiam de sua nobreza na África*”. Pior. Aqui, os jornalistas da Globo, implicitamente, atribuíram a mim (!!!) essas falsidades.

Temos informação de que, há algum tempo, intelectuais do município de Patrocínio-MG, onde, não por acaso, muita gente fala Kalunga¹⁰⁵, a língua que provavelmente era falada na Confederação Quilombola do Campo Grande (vide artigo “A Língua Calunga de Patrocínio”, no MGQUILOMBO) e que tem a seu Norte o Sítio Histórico do Quilombo da Pernaíba, onde a 7 de setembro o Rei Ambrósio teria morrido em combate contra as tropas de Bartolomeu Bueno do Prado, todos têm pensado em tombar também esse Sítio. Vide artigo “Quilombo da Pernaíba – Patrocínio, MG”, no MGQUILOMBO. Antecipando-nos a isto, há mais de dois anos tempos proclamado este dia, como da Dignidade Negra. Vide artigo “SETE DE SETEMBRO – DIA DA DIGNIDADE NEGRA”, no MGQUILOMBO.

Medidas contra os danos causados a Verdade Fático-Historiográfica

O erro de qualquer profissional que causar danos a pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, acaba levando à sua responsabilização nas esferas administrativas ou judiciais do direito lesado, a exemplo do engenheiro cuja ponte caiu, por seu erro de cálculo; do médico, cujo paciente foi lesionado ou morto por um diagnóstico ou tratamento errado; o advogado que, por erro ou descuido processual, incluindo litigância de má-fé, faça seu cliente perder a causa, ou arcar com punições pecuniárias, etc. etc. Mas, e os Historiadores, Sociólogos, Antropólogos que cometam algum erro, como pesquisadores, autores de livros e professores? NADA. Nunca são sequer admoestados e seus erros, como se viu neste

102 Vide <https://www.cristais.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/283/obra-do-memorial-do-quilombo-no-morro-do-vigia>

103 vide <https://globoplay.globo.com/v/10816699/>

104 <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2022/08/03/cristais-ganhara-memorial-em-homenagem-ao-rei-ambrosio-lider-do-maior-quilombo-de-minas-gerais.ghtml>

105 https://www.mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/calunga_patrocinio_vocambundo.pdf

artigo, causando danos infundáveis ao principal de todos os bens culturais de um povo, qual seja a sua História escrita, sua Historiografia.

Entendemos que uma das principais razões disto está na falta de proteção Constitucional e expressa da História-Historiografia que, na verdade, é o principal de quase todos os demais bens culturais, pois sem ela eles não existiriam.

Assim, no que tange a esse Bem Cultural, fica inútil o Inciso LXXIII do artigo 5º da CRFB que reza: “*qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência*”. Ficam prejudicadas também as disposições do artigo 26-A introduzido em 9 de janeiro de 2003 na LDB, Lei nº 9.394/96.

A solução para se garantir essa proteção ao Bem Cultural Imaterial História-Historiografia, seria introduzir, através de uma PEC, as alterações abaixo negritadas no “Artigo 216 da Constituição Federal:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro:

a) A História Geral do Brasil, com suas subdivisões Regionais, Estaduais e Municipais, materializada numa Historiografia firmada em fatos comprovados à luz da Lógica Formal, livre a interpretação, crítica, discussão e confronto de fontes, desde que não suprima e/ou modifique fatos comprovados ou introduza outros e pessoas fictícios e/ou outras formas danosas de paralogismo e sofisma.

b) os demais bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Desta forma, o Bem Cultural História receberia os benefícios e proteção de todos os demais parágrafos deste artigo, em especial a disposição do seu “§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei”, além de se beneficiar expressamente de todos os dispositivos dos artigos 215 e 216-A da mesma Constituição Federal.

Enviamos essas considerações por e-mail a todos os deputados federais e senadores da República, mas, até hoje, não recebemos qualquer manifestação. Talvez seja porque isso acarretaria punições também para aqueles políticos que gostam de falsificar a Historiografia em prol da sua própria ideologia, a exemplo daqueles que dizem que a cassação da presidente Dilma Rousseff foi um golpe, ou daqueles que, até os dias de hoje, negam a Ditadura Militar que vigorou entre 1964

e 1985, se auto anistiarão e negam os seus crimes que foram da prisão ilegal às torturas e assassinatos cruéis com o vilipêndio da honra e até do corpo de suas vítimas.

Por enquanto, o que tenho feito é registrar essa necessidade na “Apresentação” de todos os meus livros novos ou reeditados¹⁰⁶.

A honra e a dignidade do Rei Ambrósio e dos mártires do Campo Grande, que deram a vida contra a escravidão e contra a maior de todas as opressões tributárias do Brasil Setecentista, não podem continuar a ser ofendidas e vilipendiadas.

São Paulo-SP, 22 de março de 2023

Tarcísio José Martins
Advogado e Historiador
OAB/SP 77.521

106 Vide “Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, p 4.